



BANCO DE DESARROLLO
DE AMÉRICA LATINA

Publicado no DOU

nº 163 de 31/08/16 pág. 275



nº de

**ACORDO MARCO DE COOPERAÇÃO
ENTRE
A
CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO
E A**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA

Entre a **CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO**, instituição financeira multilateral, criada como pessoa jurídica de Direito Internacional Público mediante Convênio Constitutivo assinado em Bogotá, Colômbia, no dia 7 de fevereiro de 1968, devidamente representada por seu Diretor Representante na República Federativa do Brasil, senhor Víctor Manuel Silvestre Rico Frontaura (doravante “CAF”), e **UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**, constituída juridicamente como Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação, mediante a Lei 12.189, no dia 12 de janeiro de 2010, com sede na cidade de Foz do Iguaçu, devidamente representada por seu Reitor *Pro tempore* Professor Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho (doravante “UNILA”), conjuntamente denominadas “as partes”;

CONSIDERANDO que a CAF é uma instituição financeira multilateral, cuja missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável de seus países parceiros e para a integração regional na América Latina;

CONSIDERANDO que UNILA é uma instituição que tem por missão contribuir para a integração solidária e a construção de sociedades na América Latina e Caribe mais justas, com equidade econômica e social, por meio do conhecimento compartilhado e da geração, transmissão, difusão e aplicação de conhecimentos produzidos pelo ensino, a pesquisa e a extensão, de forma indissociável, integrados na formação de cidadãos para o exercício acadêmico e profissional e empenhados na busca de soluções democráticas aos problemas latino-americanos;

DESTACANDO o interesse compartilhado de fortalecer sua cooperação através da realização de atividades conjuntas, orientadas no sentido de contribuir para a integração e o desenvolvimento sustentável da América Latina.

DECIDEM

**Artigo 1
Objetivo**

Desenvolver esforços conjuntos para fomentar programas de cooperação, o estudo e desenvolvimento acadêmico, técnico científico e cultural nas áreas de interesse comum, dentro de seus limites e competências, em conformidade com a legislação vigente em seus respectivos países e com as Normas de Direito Internacional, em benefício do desenvolvimento sustentável e da integração da América Latina.

§ 1º- As partes promoverão ações que possibilitem a transferência de conhecimentos e experiências e/ou qualquer outra atividade de interesse comum relacionada a ensino, pesquisa e extensão, administração universitária e capacitação de recursos humanos.

§ 2º- As atividades realizadas na consecução dos objetivos deste Acordo serão formalizadas por correspondência oficial entre as partes, onde serão detalhadas as obrigações assumidas e obrigatoriamente farão referência a este Acordo.

Artigo 2 Âmbito

A coordenação de atividades de mútuo interesse vinculadas à geração e difusão do ensino, pesquisa e extensão.

Artigo 3 Modalidades

A colaboração entre ambas as instituições poderá se desenvolver mediante as seguintes atividades:

- intercâmbio de informação;
- organização de eventos;
- pesquisas e publicações conjuntas;
- ações de comunicação;
- outros mecanismos definidos de comum acordo pelas partes.

Artigo 4 Atividades

As atividades que forem desenvolvidas no marco desta colaboração serão decididas de comum acordo, por iniciativa de qualquer das partes. Os termos de cada atividade serão objeto, quando for o caso, de um convênio específico que irá estabelecer as modalidades de participação de cada instituição.

As partes reconhecem que o presente Acordo não tem implicação financeira alguma para qualquer das partes e que cada uma delas assumirá seus próprios custos no desenvolvimento do mesmo.

Se o desenvolvimento das diferentes atividades e iniciativas incluídas no marco do presente Acordo implicar a necessidade de financiamento, as Partes assim deverão estabelecê-lo de forma expressa para cada caso, nos convênios específicos devidamente aprovados por cada uma delas, nos quais se definam suas respectivas contribuições. Em todos os casos, os fundos fornecidos serão executados com sujeição aos regulamentos e normas internas de cada um.

Cada programa/projeto será executado de acordo com Plano de Trabalho específico, formulado em conjunto entre as instituições signatárias, contendo cronograma detalhado, previsão de recursos e demais disposições que manifestem a viabilidade de execução.

§ 1º – Os aludidos planos de trabalho deverão conter, conforme insculpido no §1º do Art. 116 da Lei nº 8.666/93 da República Federativa do Brasil, no mínimo, os seguintes elementos:

- a) A identificação do objeto a ser executado;
- b) As metas a serem atingidas;
- c) As fases de execução das atividades;
- d) O plano de aplicação de recursos financeiros;
- e) O cronograma de desembolso;
- f) O cronograma de execução.

§ 2º - Finalizadas as atividades propostas no Plano de Trabalho, deverá ser apresentado um relatório de retroalimentação, demonstrando os resultados obtidos e os impactos efetivamente gerados.

Artigo 5 Difusão

As partes se autorizam reciprocamente a tornar de conhecimento público a celebração do presente Acordo e as atividades a serem desenvolvidas sob o marco do mesmo, tanto em comunicações internas como externas.

Artigo 6 Solução de controvérsias

Qualquer controvérsia surgida da interpretação ou cumprimento do presente Acordo será resolvida de comum acordo e com boa fé mediante negociação direta entre as partes.

Caso a arbitragem reste infrutífera, fica desde já eleito o Foro da Subseção Judiciária Federal de Foz do Iguaçu, nos termos do Art. 55, §2º da Lei 8.666/93.

Artigo 7 Propriedade intelectual

Os direitos de propriedade intelectual e, particularmente, os direitos autorais no caso de realização de atividades conjuntas, serão definidos caso a caso em cada convênio específico que for assinado no marco do presente Acordo.

Artigo 8 Confidencialidade

Sem prejuízo do previsto no Artigo 5 do presente Acordo, as partes preservarão a confidencialidade da informação que ostente tal qualidade ou que evidentemente possa constituir matéria de Propriedade Intelectual ou segredo comercial. As Partes reconhecem que a informação que for entregue à outra continuará a ser de sua propriedade e que a simples entrega não confere licença alguma.

Artigo 9 Prerrogativas, Privilégios e Imunidades

Nenhuma disposição do presente Acordo nem de qualquer documento a ele relacionado constitui, suporá ou poderá ser interpretada como uma renúncia, expressa ou implícita, às prerrogativas, privilégios e imunidades de cada uma das partes.

Artigo 10 Comunicação

Todo aviso, solicitação ou comunicado que as partes dirigirem uma à outra, em função do presente Acordo, deverá ser levado a cabo por escrito e será considerado realizado a partir do momento em que o documento correspondente for entregue ao destinatário em seu respectivo endereço, conforme indicado a seguir:

Corporación Andina de Fomento

Torre CAF, Av. Luis Roche, Altamira, Caracas, República Bolivariana de Venezuela

Tel: +58-212-2096597

Fax: +58-212-2092211

Email: secretaria@caf.com

**Universidade Federal da Integração Latino-Americana
Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais**

Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842 - Vila A, Edifício Comercial Lorivo, Foz do Iguacu, Paraná, República Federativa do Brasil

Tel: +55-45-3529-2175

Email: pr.proint@unila.edu.br

Artigo 11

Entrada em vigor e duração

O presente Acordo Marco de Cooperação terá duração de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado, caso haja interesse público, devidamente demonstrado, mediante termo aditivo, com a prévia anuência das partícipes, caso não for por eles cancelado, e entrará em vigor na data de sua assinatura.

Qualquer das Partes poderá finalizar o presente Acordo mediante notificação por escrito encaminhada à outra com seis meses de antecedência. Essa notificação apresentada por uma das Partes não afetará as obrigações previamente assumidas no contexto dos projetos executados em função do presente Acordo.

Artigo 12

Diversos

O presente Acordo reflete o interesse das partes de desenvolverem seu vínculo de cooperação a partir do desenvolvimento voluntário de atividades de mútuo interesse, não sendo o propósito do mesmo criar nenhum tipo de obrigação ou compromisso para além dos termos expressamente contidos neste documento.

Nada do que é estabelecido neste Acordo poderá nem deverá ser assumido ou interpretado como um compromisso por qualquer das partes no sentido de conceder qualquer financiamento ou de consentir em tal compromisso em qualquer outro momento, em favor das partes ou de qualquer terceiro. Além disso, o estabelecido neste Acordo não deve ser interpretado como a constituição ou o compromisso de constituir uma associação, consórcio ou qualquer outra estrutura de caráter legal, nem como a nomeação de qualquer das partes como agente ou representante autorizado da outra parte.

O presente Acordo poderá ser alterado a qualquer momento mediante documento escrito assinado por representantes devidamente autorizados das partes.

Artigo 13

Publicidade

Imediatamente, após a assinatura deste Acordo, corresponderá à UNILA proceder à publicação do texto do mesmo no *Diário Oficial da União*, dentro do prazo estabelecido no parágrafo único do Art. 61 da Lei 8.666/93 da República Federativa do Brasil.

Assinado em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, duas em idioma português e duas em idioma espanhol, para o mesmo fim.

Em Brasília, Distrito Federal, República Federativa do Brasil, no dia 15 do mês de Junho de 2016,

Por CAF

Víctor Manuel Silvestre Rico Frontaura
Diretor Representante

Em Foz do Iguaçu, Paraná, República Federativa do Brasil, no dia [__] do mês de [_____] de 2016

Por UNILA

Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho
Reitor *Pro tempore*

**ACUERDO MARCO DE COOPERACIÓN
ENTRE
CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO
Y
UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA**

Entre, la **CORPORACIÓN ANDINA DE FOMENTO**, institución financiera multilateral, creada como persona jurídica de Derecho Internacional Público mediante Convenio Constitutivo firmado en Bogotá, Colombia, el 7 de febrero de 1968, debidamente representada por su Director Representante en la República Federativa de Brasil, señor Víctor Manuel Silvestre Rico Frontaura (en adelante “CAF”), y la **UNIVERSIDAD FEDERAL DE INTEGRACIÓN LATINOAMERICANA**, constituida jurídicamente como Autarquía Federal vinculada al Ministerio de la Educación, mediante la ley 12.189, del 12 de enero de 2010, con sede en la ciudad de Foz do Iguaçu, debidamente representada por su Rector *Pro Tempore* Profesor Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho (en adelante “UNILA”) conjuntamente denominadas “las partes”;

CONSIDERANDO que CAF es una institución financiera multilateral, cuyo mandato es contribuir con el desarrollo sostenible de sus países accionistas y con la integración regional en América Latina;

CONSIDERANDO que UNILA es una institución que tiene por misión contribuir para la integración solidaria y la construcción de sociedades en América Latina y El Caribe más justas, con equidad económica y social, a través del conocimiento compartido y de la generación, transmisión, difusión y aplicación de conocimientos integrados en la formación de ciudadanos para el ejercicio académico y profesional y comprometidos con la búsqueda de soluciones democráticas a los problemas latinoamericanos;

DESTACANDO el interés compartido de fortalecer su cooperación a través de la realización de actividades conjuntas orientadas a contribuir a la integración y el desarrollo sostenible de América Latina.

ACUERDAN

**Artículo 1
Objeto**

Desarrollar esfuerzos conjuntos para fomentar programas de cooperación, el estudio y desarrollo académico, técnico científico y cultural en las áreas de común interés, dentro de sus límites y competencias, en conformidad con la legislación vigente en sus respectivos países y con las Normas de Derecho Intenacional, en beneficio del desarrollo sostenible y la integración de América Latina.

§ 1º– Las partes promoverán acciones que posibiliten la transferencia de conocimientos y experiencias y/o cualquier otra actividad de interés común relacionada a enseñanza, investigación y extensión, administración universitaria y capacitación de recursos humanos.

§ 2º– Las actividades realizadas en la consecución de los objetivos del presente Acuerdo se formalizarán a través de correspondencia oficial entre las partes, en la que se detallarán las obligaciones asumidas y necesariamente se hará referencia al mismo.

Artículo 2 Ámbito

La coordinación de actividades de mutuo interés vinculadas con la generación y difusión enseñanza, investigación y extensión.

Artículo 3 Modalidades

La colaboración entre ambas instituciones se podrá desarrollar mediante las siguientes actividades:

- intercambio de información,
- organización de eventos,
- investigaciones y publicaciones conjuntas,
- acciones de comunicación, y
- otros mecanismos acordados por las partes.

Artículo 4 Actividades

Las actividades que se desarrollen en el marco de esta colaboración se decidirán de mutuo acuerdo, a iniciativa de cualquiera de las partes. Los términos de cada actividad serán objeto, cuando corresponda, de un convenio específico que establecerá las modalidades de participación de cada institución.

Las partes reconocen que el presente Acuerdo no conlleva implicación financiera alguna para ninguna de las partes y que cada de las partes asumirá sus propios costos en el desarrollo del mismo.

En el caso de que el desarrollo de las distintas actividades e iniciativas que se enmarcan dentro del presente Acuerdo implique la necesidad de financiación, las Partes así deberán establecerlo de forma expresa para cada caso, en los convenios específicos debidamente aprobados por cada una de las Partes, en los que se definan las contribuciones de cada una. En todo caso, los fondos aportados serán ejecutados con sujeción a los reglamentos y normas internas de cada uno.

Cada programa/proyecto se ejecutará de acuerdo al Plan de Trabajo específico, formulado conjuntamente por las instituciones signatarias, incluyendo cronograma detallado, previsión de recursos y demás disposiciones que manifiesten la viabilidad de la ejecución.

§ 1º – Los referidos planes de trabajo deberán contener como mínimo, conforme a lo que consta en el §1º del Artículo 116 de la Ley nº 8.666/93 de la República Federativa de Brasil, los siguientes elementos:

- a) La identificación del objetivo a ser alcanzado;
- b) Las metas a ser logradas;
- c) Las fases de ejecución de las actividades;
- d) El plan de aplicación de recursos financieros;
- e) El cronograma de desembolso;
- f) El cronograma de la ejecución.

§ 2º – Una vez finalizadas las actividades propuestas en el Plan de Trabajo, se presentará un informe de retroalimentación que demuestre los resultados obtenidos y los impactos efectivamente generados.

Artículo 5 Difusión

Las partes se autorizan recíprocamente a hacer de conocimiento público la celebración del presente Acuerdo y las actividades a desarrollarse bajo el mismo, tanto en comunicaciones internas como externas.

Artículo 6 Solución de controversias

Cualquier controversia que surja de la interpretación o cumplimiento del presente Acuerdo se resolverá de común acuerdo y de buena fe mediante negociación directa entre las partes.

Si el intento resulta infructuoso, queda elegido el Foro de la Subsección Judicial Federal de Foz do Iguaçu, en los términos del Artículo 55, §2º de la Ley 8.666/93.

Artículo 7 Propiedad intelectual

Los derechos de propiedad intelectual, y en particular los derechos de autor en el caso de realización de actividades conjuntas, serán definidos caso por caso en cada convenio específico que se suscriba en el marco del presente Acuerdo.

Artículo 8 Confidencialidad

Sin perjuicio de lo previsto en el Artículo 5 del presente Acuerdo, las partes mantendrán la confidencialidad de la información que ostente tal calidad o que evidentemente pueda constituir materia de Propiedad Intelectual o secreto comercial. Las Partes reconocen que la información que sea entregada a la otra seguirá siendo de su propiedad y que la simple entrega no confiere licencia alguna.

Artículo 9 Prerrogativas, Privilegios e Inmunidades

Ninguna disposición del presente Acuerdo ni de ningún documento relacionado con el mismo constituye, supondrá o podrá ser interpretada como una renuncia, expresa o implícita, a las prerrogativas, privilegios e inmunidades de que gozan cada una de las partes.

Artículo 10 Comunicaciones

Todo aviso, solicitud o comunicación que las partes se dirijan entre sí, en virtud del presente Acuerdo, deberá efectuarse por escrito y se considerará realizado desde el momento en que el documento correspondiente se entregue al destinatario en sus respectivas direcciones, las cuales se indican a continuación:

Corporación Andina de Fomento

Torre CAF, Av. Luis Roche, Altamira, Caracas, República Bolivariana de Venezuela

Tel: +58-212-2096597

Fax: +58-212-2092211

Email: secretaria@caf.com

Universidad Federal de Integración Latinoamericana
Pró-Rectoría de Relaciones Institucionales e Internacionales

Avenida Silvio Américo Sasdelli, 1842 - Vila A, Edifício Comercial Lorivo, Foz do Iguaçu,
Paraná, República Federativa do Brasil
Tel: +55-45-3529-2175
Email: pr.proint@unila.edu.br

Artículo 11
Entrada en vigencia y duración

El presente Acuerdo Marco de Cooperación tendrá la duración de 05 (cinco) años, pudiendo ser prorrogado, en caso de interés público debidamente comprobado, a través de una adenda, con el previo consentimiento de las partes, si no hay cancelación, y entrará en vigor en la fecha de su firma.

Cualquiera de las Partes podrá terminar el presente Acuerdo mediante notificación escrita cursada con seis meses de antelación. Esta notificación por una de las Partes no afectará las obligaciones previamente contraídas en el contexto de los proyectos ejecutados en virtud de este Acuerdo.

Artículo 12
Misceláneos

El presente Acuerdo refleja el interés de las partes de desarrollar sus relaciones de cooperación a partir del desarrollo voluntario de actividades de mutuo interés, no siendo el propósito del mismo crear ninguna clase de obligación o compromiso más allá de los términos expresamente contenidos en este documento.

Nada de lo establecido en este Acuerdo podrá ni deberá ser asumido o interpretado como un compromiso por cualquiera de las partes para otorgar financiamiento alguno o para otorgar dicho compromiso en cualquier otro momento a favor de las partes o de cualquier tercero. Asimismo, lo establecido en este Acuerdo no debe ser interpretado como la constitución o el compromiso de constituir una asociación, consorcio o cualquier otra estructura de carácter legal, ni como el nombramiento de cualquiera de las partes como agente o representante autorizado de la otra parte.

El presente Acuerdo podrá ser modificado en cualquier momento mediante documento escrito suscrito por representantes debidamente autorizados de las partes.

Artículo 13
Publicidad

Inmediatamente tras la firma del presente instrumento, corresponderá a la UNILA proceder a la publicación del extracto del mismo en el *Diário Oficial da União*, dentro del plazo establecido en el párrafo único del Artículo 61 de la Ley nº 8.666/93 de la República Federativa de Brasil.

Suscrito en cuatro (4) ejemplares de igual tenor y forma, dos en idioma portugués y dos en idioma español, para el mismo propósito.

En Brasilia, Distrito Federal, República Federativa del Brasil, el día 15 del mes de junio de 2016,


Por CAF



Víctor Manuel Silvestre Rico Frontaura
Director Representante

En Foz do Iguaçu, Paraná, República Federativa del Brasil, el día [__] del mes de [_____] de 2016

Por UNILA



Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho
Rector *Pro tempore*

